PRÓTON / AEB
CSP - Doc. nº 4939/13

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
AEB
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA

# CONSELHO SUPERIOR
# ATA RESUMIDA DA TRIGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA
## Brasília, 19 de março de 1999
## Local: Sala de Reunião do Conselho - AEB

**DOC CSP 04/99**
**RESERVADO**

Após abrir os trabalhos da Trigésima Reunião Ordinária do CSP, o Presidente da Agência Espacial Brasileira convidou o Ministro Edmundo Fujita, representando o Gabinete do Ministro Extraordinário de Projetos Especiais, e o Doutor Heloísio Bueno Figueiredo, representando o Ministério do Meio Ambiente, para sentarem a mesa. A seguir, submeteu e teve aprovada a proposta de Agenda (DOC CSP 01/99 - Rev. 2). Decidiu-se incluir em "outros assuntos" a Cooperação com a França e, por sugestão do representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, o item 9.8 - Plataformas orbitais recuperáveis - foi transferido para a próxima reunião. A seguir, deu posse ao Min. Antônio José Vallim Guerreiro, membro titular do MRE; Dr. Pedro Antônio Bertone Ataíde, membro titular do MOG; Dr. Marcos da Rocha Lima, membro titular do MC; CMG Pedro Calisto Lupi Monteiro, membro suplente do MM; Dr. Maurício de Almeida Abreu, membro suplente do MC e Sec. Manuel Adalberto Montenegro, membro suplente do MCT. Por fim, submeteu e teve aprovado o texto da ata resumida da 29ª Reunião Ordinária, com alteração sugerida pelo representante do MAer no item 5.0 - Cargas úteis não aprovadas pelo PNAE - ficando consagrada a redação "cargas úteis ainda não aprovadas pelo PNAE".

**MICROGRAVIDADE** - (DOC CSP 24/98 - Rev.1) As discussões dessa matéria foram iniciadas com exposição do Prof. Glaucius Oliva e do Eng. Célio da Costa Vaz sobre microgravidade e suas aplicações nos campos da cristalografia e biologia (doença de Chagas).

Em seguida, o Presidente referiu-se ao lançamento do VS-30 da base de Alcântara como uma das primeiras tentativas bem sucedidas de realizar experimentos em ambiente de microgravidade, em vôos suborbitais. Por fim, informou a respeito do o 1º Workshop Brasileiro sobre microgravidade, a ser celebrado nos dias 19 a 21 de maio, com o objetivo de reunir a comunidade de usuários de sistemas espaciais.

Em seguida, foi apresentado o documento (DOC CSP 24/98 - Rev. 2) relativo à proposta, para consideração do Conselho, no sentido de se estabelecer, a exemplo da NASA,

uma comissão, composta por integrantes da comunidade científica, para exame de projetos, com vistas a criar sistemática para a realização de experimentos de microgravidade. Aduziu que o INPE e o CTA dariam contribuição relevante para essa iniciativa.

O representante do Setor Industrial indagou sobre o item 3 do referido documento, que permite a realização de experimentos por entidades públicas e privadas brasileiras. A esse respeito, referiu-se à destacada participação dos laboratórios na industrialização dos fármacos nessas condições perguntou se, entre as quatro organizações que compõem a comissão coordenadora, poderia figurar representante do setor privado, interessado no desenvolvimento e na obtenção de produtos finais.

Em resposta, o Prof. Glaucius afirmou que a proposta do representante do setor industrial trata de aspecto importantíssimo, pois envolve possibilidade de interação com a industria farmacêutica nacional. Agregou que o mercado brasileiro é da ordem de U$ 12 bilhões anuais e que nenhum dos remédios vendidos teve sua substância ativa descoberta no Brasil. A Lei de Patentes de 1997 teria contribuído, no seu entender, para despertar maior interesse dos laboratórios pela pesquisa e alterar aquela realidade. A esse respeito, a Associação Brasileira das Indústrias Farmacêuticas - ABIFARMA - já organizou dois simpósios. Informou haver detectado mudança na atitude dos dirigentes da indústria nacional.

O representante do setor industrial informou que fará contato com a ABIFARMA para indicar um representante para a comissão por intermédio da Confederação Nacional da Indústria.

O representante da comunidade científica apoiou a sugestão do representante do setor industrial. Lembrou que talvez fosse mais eficaz a inclusão do setor privado no Comitê Técnico-Científico, que vai recomendar e aprovar os experimentos. Sugeriu que, na indicação do membro para esse comitê, fosse considerado representante de empresa envolvida com pesquisa, o que daria contribuição mais significativa para esse programa. Sugeriu ao Conselho que o Presidente enviasse uma carta para as quatro instituições que estão cooperando ativamente com no projeto, a saber, INPE, USP/São Carlos, FAPESP e o LNS, ressaltando a importância da continuidade desse apoio e informando sobre o envolvimento da AEB como coordenadora.

O representante do setor industrial sugeriu que, nessas cartas, fossem colocadas informações sobre o programa espacial e seu significado para a sociedade brasileira. Enfatizou que a área executiva da Agência deveria se esforçar em sensibilizar a sociedade brasileira pelo setor espacial, seu significado no nosso presente, no passado e no futuro. Informou que, neste ano, a Federação Nacional das Indústrias do Estado de São Paulo recebeu visita de quatro delegações estrangeiras, compostas em boa medida por representantes do setor espacial. Enfim, era necessário demonstrar como o programa espacial, mais do que um grande negócio, é benéfico para a sociedade. O Presidente concordou com o representante do setor industrial.

Em seguida, o Eng. Célio da Costa Vaz fez apresentação das atividades realizadas e programas implementados, pelo INPE, de capacitação do projeto de cargas úteis e realização de experimentos em ambiente de microgravidade a bordo do *Space Shuttle* e da ISS.

O representante do MCT apresentou as iniciativas do INPE para capacitar a indústria brasileira no projeto de cargas úteis em ambiente de microgravidade, no âmbito da ISS. Referiu-se aos preparativos do INPE para executar o projeto de cargas úteis no *Space Shuttle* e na ISS, em especial o contrato relativo a atividades de cristalografia macromolecular com a Universidade do Alabama e o treinamento de cientistas brasileiros com experimentos aprovados no *Space Shuttle.* Detalhou o projeto de cargas úteis, seus requisitos técnicos, científicos, de gerenciamento, de controle de qualidade e a proposta final para a NASA.

Em seguida, por iniciativa do Presidente, foram apresentadas e aprovadas a resolução sobre o Projeto Microgravidade com inclusão de um representante da ABIFARMA e o DOC CSP 24/98-Rev.2, com a inclusão dos itens 5 e 6.

**SISTEMA ECO** - Ao ser iniciada a consideração do tema pelo Conselho, o representante do MC solicitou fosse o mesmo adiado para a próxima reunião, o que lhe permitiria proceder internamente a exame mais detido da questão.

O Presidente concordou com a proposta e sugeriu reunião de atualização entre o representante do MC e o diretor do DPE da AEB, Doutor Múcio Roberto Dias.

Em seguida, o representante do MCT, após encarecer a importância do programa, informou que o Grupo de Trabalho não se reunirá. Alegou que a AEB não poderia apresentar estudo sobre a demanda, uma vez que os potenciais usuários não responderam ao questionário sobre o tema.

Como conclusão, o Presidente passou o tema para a próxima reunião.

**PROJETOS DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA EM NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE ESPACIAL** - (INF CSP 01/99) e **NORMALIZAÇÃO E CERTIFICAÇÃO PARA O SETOR ESPACIAL** -(INF CSP 04/99) - Após apresentação do tema e seus documentos de trabalho pelo Presidente, o representante do MAer expressou sua preocupação com a legalidade da atribuição da capacidade de certificação, razão pela qual propunha que o poder de certificação por parte da Agência deveria estar fundamentado em legislação específica. Chamou atenção para o fato de que as regras de certificação têm sido utilizadas pelos países desenvolvidos para mascarar políticas protecionistas.

Em resposta, o Presidente afirmou que, na verdade, estavam sendo realizados estudos preliminares para organizar e regulamentar a certificação espacial no Brasil. Aduziu que

não partia de posturas pré-concebidas sobre o papel a ser desempenhado pela Agência. Esclareceu que, no seu entender, a certificação deveria caber a órgão técnico e não à AEB, autarquia com funções burocráticas. Na mesma direção, manifestou-se o Diretor-Geral da AEB, agregando existirem importantes aspectos internacionais da questão a serem considerados, como a aceitação e validade de nossa certificação em nível mundial.

Após sublinhar a complexidade de matéria, o representante do setor industrial destacou que a Confederação Nacional das Indústrias tem encarregado grande número de especialistas a estudar a certificação. Afirmou que aspecto relevante desse tema referia-se à competência e credibilidade técnica, questão subjacente a toda discussão da certificação. Expressou que o setor industrial pode dar uma contribuição positiva para encaminhamento dos projetos em tela.

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2000** - (DOC CSP 15/98) Ao abrir a discussão do item 8, o Presidente aludiu à existência de Grupo de Trabalho específico para tratar de questões orçamentárias, cujas atividades deveriam ser retomadas.

O representante do MOG concordou com a retomada do GT. Em seguida, referiu-se à proposta de orçamento para o ano 2000 e ao plano plurianual (2000-2003). Trata-se de reformatação do plano e da proposta orçamentária. O orçamento acha-se estruturado como plano plurianual para dar maior transparência às ações do Governo. Aduziu que a AEB já estava utilizando a nova sistemática em seus programas.

**OUTROS ASSUNTOS**

• Comercialização do CLA - (INF CSP 29/98) - O representante do MRE referiu-se amplamente ao tema, afirmando que, segundo estudos realizados pela AEB, o projeto mais vantajoso do ponto de vista comercial seria o da FIAT/AVIO/YUZHNOYE para lançamento de satélites da Motorola e de foguetes ucranianos de grande porte CICLONE. O empreendimento necessitaria de investimentos de monta, sobretudo italianos, para ser bem sucedidos. Aduziu que a Motorola se verá obrigada a obter autorização do Governo norte-americano para que seu satélite possa ser lançado em território brasileiro. A esse propósito, comunicou que o MRE havia feito gestões junto ao Governo estadunidense para demonstrar a extrema importância do projeto para o Brasil, uma vez que a decisão de Washington no sentido de impedir lançamentos de satélites americanos em Alcântara atingirá a viabilidade do CLA.

O Presidente informou que o Ministro Ronaldo Sardenberg convocara reunião para tratar do problema da comercialização do CLA. Naquela oportunidade, foram examinados os estudos do DEPED e da AEB segundo os quais seriam necessários investimentos de dezenas de

milhões para viabilizar o CLA. Assinalou que o Centro necessita de obras adicionais (como o porto) para possibilitar sua operação em bases comerciais. A conclusão da reunião foi a de se elevar Exposição de Motivos à consideração do Presidente da República sobre a questão. Relembrou a existência de aspectos adicionais envolvendo outros Ministérios, como a desapropriação de terras, da alçada do Ministério da Reforma Agrária. Concluiu comunicando que já haveria consenso quanto à redação do final do texto, que seria assinado pelos Ministros Sardenberg, Brauer e Bresser Pereira.

O representante do MAer referiu-se às dificuldades enfrentadas pelo Brasil para entrar no campo da competição tecnológica. Sublinhou a existência de barreiras e entraves políticos colocados pelo Governo norte-americano, o que vai exigir esforços consideráveis do Executivo, de maneira geral, e do MRE, em particular, para contorná-las adequadamente. Ressaltou a importância do mercado aeroespacial para o Brasil, o qual contribuiria decisivamente para elevar nossa capacitação tecnológica. Dai a necessidade urgente de se liberar a exploração comercial de Alcântara.

Em seguida, o representante do MRE buscou colocar a questão dentro de perspectiva histórica e política. Relatou que, em 1987, em Washington, o Grupo dos 7 adotou o MTCR, que visava ao controle das tecnologias de mísseis dos não membros. Paulatinamente, outros países foram admitidos naquele regime, apesar da limitação defendida pelos Estados Unidos quanto à inclusão de novos integrantes. Essa ampliação levou o Governo norte-americano a imprimir interpretação unilateral ao MTCR. Assim sendo, para os Estados Unidos membros e não membros são tratados de maneira não diferenciada.

• Centro de Estudos Estratégicos - O Presidente informou que o Ministro Sardenberg tem a intenção nesse ano de promover um evento sobre o programa espacial brasileiro em Brasília, a ser provavelmente sediado no Centro de Estudos Estratégicos. Para prepará-lo, seriam selecionadas duas rodadas de debates, possivelmente uma em São Paulo e outra no Rio de Janeiro. O evento de Brasília culminaria esse processo com grande de visibilidade, inclusive política, envolvendo representantes do Congresso e autoridades do Executivo, bem como a publicação de número especial da revista "Parcerias Estratégicas", e de livro sobre as atividades espaciais.

O representante do MEPE informou que, dentro de sua orientação no sentido de procurar dar grandes visibilidade, disseminação e conscientização na sociedade acerca de programas e projetos importantes (como o programa espacial), o Ministro Sardenberg instruiu o Centro de Estudo Estratégico a organizar grandes eventos no decorrer desse ano. Um deles versará sobre o Programa Espacial Brasileiro, cooperação internacional e aspectos correlatos.

Para realizá-lo, o Centro e a AEB já vêm realizando reuniões preparatórias. Busca-se ampliar esse leque de consultas para outros órgãos e entidades da sociedade civil, e dos meios acadêmicos, com vistas a preparar esse evento em julho, do qual participariam altas personalidades nacionais e possivelmente estrangeiras. Aduziu que o mesmo tipo de iniciativa será feito com relação ao programa nuclear, programa SIVAM/SIPAM e possivelmente outro tema (cenários prospectivos) até o final desse ano.

O Presidente informou que esse assunto está sendo tratado na AEB pelo Diretor do DPL - Dr. Lauro Fortes, que já entrou em contato com o INPE e CTA.

• Quadro de Ações previstas para 1999-2000 - (INF CSP 02/99) - A pedido do Ministro Ronaldo Sardenberg, foi distribuído entre os membros do conselho presentes o "Quadro de Ações Previstas para 1999-2000" para informação.

• Cooperação como a Rússia - (INF CSP 03/99) - Após leitura da nota informativa pelo Presidente, o representante do MRE historiou a Comissão de Alto Nível Brasil-Rússia, que conta com subcomissão sobre cooperação espacial, a se reunir nos dias 22 e 23 de abril. Informou que seria celebrada reunião preparatória do evento Itamaraty para apresentar à parte russa o projeto de agenda.

• Cooperação com a Alemanha - Ao iniciar a discussão do tema, o Presidente ressaltou a tradicional cooperação do DLR alemão com a Agência e a importância da Comissão Mista bilateral de Ciência e Tecnologia. A esse respeito, assinalou a necessidade de se contar com Acordo Quadro específico para melhor encaminhar o relacionamento entre o Brasil e a Alemanha no setor espacial.

O representante do MRE concordou com o pleito do Presidente. Efetivamente, os temas espaciais entre o Brasil e a Alemanha eram considerados no âmbito da Comissão Mista bilateral criada nos anos 70. Assim sendo, recebiam tratamento difuso e pouco satisfatório, perdendo-se no meio de uma agenda ampla e variada. Nessas condições, era necessário canal específico para a área espacial, a exemplo do que ocorrera com a França. Essa decisão constaria da Ata da próxima Comissão Mista bilateral.

• Cooperação com a França - O Presidente referiu-se à cooperação com a França como processo em andamento. Sobre o tema, o representante do MAer expressou certo ceticismo quanto aos resultados do programa com a França.

• UNISPACE III - O representante do MRE forneceu informações básicas e gerais sobre a UNISPACE. Destacou a necessidade de colher as contribuições dos diversos órgãos e entidades interessados para diferentes elaboração a posição brasileira nos temas substantivos da UNISPACE III.

• Plataformas orbitais recuperáveis - Por sugestão do representante do MCT, este assunto foi transferido para a próxima reunião.

• Lançamento do VS 30 - O Presidente relatou o lançamento bem sucedido do VS-30. O representante do MEPE informou que o Presidente da República estava ciente daquele êxito.

Em seguida, o Presidente referiu-se à cobertura do evento pela imprensa - por ele considerada como imprecisa e deficiente - e questões conexas, como a imagem do PNAE na mídia. Marcou reunião de responsáveis pela comunicação social em 31 de março de 1999, em Brasília para tratar do tema.

Foi distribuído, no decorrer da reunião, documento sobre o candidato brasileiro a astronauta, Maj. Marcos Cesar Pontes, que se tem distinguido no treinamento, em Houston, para qualificar-se como tripulante da Estação Espacial Internacional.

Não havendo outros assuntos a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a Trigésima Reunião Ordinária do Conselho Superior da AEB.

Estiveram presentes à Reunião os Membros do Conselho Superior, representantes da Marinha (suplente); do Exército (titular/suplente); das Relações Exteriores (titular/suplente); da Fazenda (suplente); da Agricultura e do Abastecimento (titular); da Educação (titular); da Aeronáutica (titular/suplente); do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (titular); de Minas e Energia (titular); do Orçamento e Gestão (titular); das Comunicações (titular/suplente) da Ciência e Tecnologia (titular/suplente); do Estado-Maior das Forças Armadas (titular/suplente); da Comunidade científica (titular) e do Setor Industrial (titular/suplente).

***Luiz Gylvan Meira Filho***
***Presidente***

Aprovada pelos Senhores Membros do Conselho Superior 31º Reunião Ordinária, ocorrida em 12 de maio de 1999.

Luiz Felipe Mendonça Filho
Secretário